

Companhia Energética Sinop S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais do
Período de Três e Nove Meses Findo
em 30 de Setembro de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre às informações contábeis intermediárias	1
Comentário de desempenho da Companhia	3
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	19

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outros assuntos

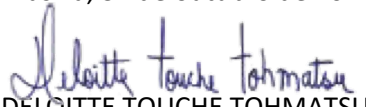
Demonstrações do valor adicionado

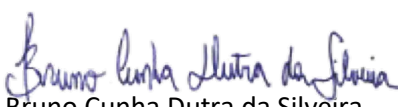
As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, foram auditados anteriormente por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 10 de fevereiro de 2022, sem modificação, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram revisadas anteriormente por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 29 de outubro de 2021, sem modificação.

Brasília, 31 de outubro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” DF


Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº 1 MG 112354/O-4 “T” DF

Comentário de desempenho

Terceiro trimestre de 2022

Divulgado em 31 de outubro de 2022, em R\$ mil

Índice

Introdução	3
Destaques do Período:	3
Sobre a Sinop Energia	6
Desempenho Econômico-Financeiro	8
Ações Socioambientais	11
Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes	12
Declarações da Diretoria	12
Agradecimentos	12

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao período findo em 30 de setembro de 2022.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as informações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, acompanhadas do Relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022 são apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas informações contábeis intermediárias consideram também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 para as contas de resultados e período findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 para as contas patrimoniais, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Comentário de Desempenho estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Destaques do Período:

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no período somou 1441.682 MWh, sendo 1.404.205 MWh no ACR e 37.477 MWh no ACL, (1.441.629 MWh, sendo 1.404.152 MWh no ACR e 37.477 MWh no ACL, em 30 de setembro de 2021).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R\$ 97.360 (R\$ 94.868, em 30 de setembro de 2021). A Companhia ajustou o EBITDA em R\$ 9.015, devido aos valores de itens não recorrentes, contabilizados no segundo trimestre referentes aos acordos socioambientais e apresentou o EBITDA ajustado no valor de R\$ 106.375.
- A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ 32.915 (R\$ 33.991, em 30 de setembro de 2021).

- **Manutenção Programada de 16.000 horas da Unidade Geradora 01:** Realizada, no período de 19 a 28 de setembro de 2022, em conformidade com o manual de operação e manutenção do fabricante. A manutenção, inicialmente prevista para ser realizada em 11 dias, foi realizada em 10 dias, com antecipação de aproximadamente 28 horas, diminuindo a indisponibilidade da unidade e melhorando assim o Fator de Disponibilidade da Usina.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** realizada, em 15 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Reive Barros dos Santos, como representante da acionista Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.

Composição da Administração em 30 de setembro de 2022

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antônio Augusto Bechara Pardauil <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>
Reive Barros dos Santos <i>Membro Efetivo</i>	Edinaldo Pereira de Lima <i>Membro Suplente</i>
Emmanuel Charles Delfosse <i>Membro Efetivo</i>	Ricardo Barsotti <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Mariano Javier Gaio <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Fernando de Andrade Paladino <i>Membro Suplente</i>
Gustavo Loureiro Chagas <i>Membro Efetivo</i>	Anderson Gomes Resende <i>Membro Suplente</i>
Jenner Guimarães do Rêgo <i>Membro Efetivo</i>	Danielle Jar Almeida de Brito <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

Contador

Alessandro Camilo da Silva	CRCMT 005078
----------------------------	--------------

Indicadores Econômico-financeiros

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade	Variação			
				Absoluta	Em %
		01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021		
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.404.205	1.404.152	53	-
Energia Comercializada (ACL)	MWh	37.477	37.477	-	-
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	230.721	206.828	23.893	11,6%
Margem bruta	%	27,2%	13,6%	13,5p.p.	99,6%
Prejuízo líquido do período	R\$, mil	(35.005)	(37.952)	2.947	7,8%
Margem líquida	%	(15,2%)	(18,3%)	3,2p.p.)	17,3%
		01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 31/12/2021		
Investimentos (capex)	R\$, mil	32.915	50.154	(17.239)	(34,4%)
<u>Endividamento</u>	<u>R\$, mil</u>	<u>1.466.998</u>	<u>1.405.962</u>	<u>61.036</u>	<u>4,3%</u>
BNDDES	R\$, mil	1.165.407	1.117.858	47.549	4,3%
Debêntures	R\$, mil	301.591	288.104	13.487	4,7%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.306.245	1.284.171	22.074	1,7%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	46,3%	48,2%	(2,0p.p.)	(4,1%)
Índice de liquidez corrente (ILC) ³	Índice	1,8	2,1	(0,3)	(12,8%)
Número de empregados próprios ⁴	Quantidade	34	42	(8)	(19,0%)
(Prejuízo) líquido por ação	R\$	(0,01567)	(0,06386)	0,04819	(76,5%)
Quantidade de ações ⁵	Mil	2.234.136	2.234.136	-	-

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total.
3. Índice de Liquidez Corrente (ILC): Ativo circulante/Passivo circulante.
4. Posição no final do período.
5. Média ponderada de ações ordinárias.

Sobre a Sinop Energia

Perfil Corporativo

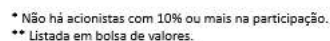
Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

A Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social exclusivo, a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (“EDFNF”) - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Estrutura Societária da Sinop Energia
(em 30 de setembro de 2022)



Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atende ao consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop é comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MW médios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 20.

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA¹

No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia apresentou o EBITDA de R\$ 97.360 (R\$ 94.868, em 30 de setembro de 2021).

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o prejuízo no período e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Prejuízo líquido no período	(35.005)	(37.952)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(17.655)	(22.510)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	104.783	95.172
Depreciação e amortização	45.237	76.255
(Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i> – Nota explicativa 12.	-	(16.097)
EBITDA	97.360	94.868
Receita operacional líquida	230.721	206.828
Margem EBITDA	42,2%	45,9%
EBITDA	97.360	94.868
(+/-) Itens não recorrentes (*)	9.015	-
EBITDA ajustado	106.375	94.868
Margem EBITDA ajustado	46,1%	45,9%

(*) Acordos socioambientais celebrados em junho de 2022, descritos no Comentário de Desempenho do segundo semestre de 2022 no tópico “Destaques do Período”.

Custos com geração de energia elétrica

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram uma redução de 6,0% no período findo em 30 de setembro de 2022 comparados com o período anterior.

A rubrica “Energia elétrica comprada para revenda” apresentou um aumento de 10,6% no período acumulado findo em 30 de setembro de 2022 comparado com o mesmo período anterior, referente a aquisição (*) de 178.935 Mwh ao preço unitário médio de R\$ 349,66 (187.423 Mwh ao preço unitário médio de R\$ 307,52, em 30 de setembro de 2021).

(*) A Companhia está comprando energia elétrica pelos motivos de: (i) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (ii) Redução do valor do GSF, devido as variações/restrições hidrológicas no país.

¹ O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Desconsiderando-se as rubricas “Energia elétrica comprada para revenda”, “Encargos de uso do sistema de transmissão” e “Seguros do risco hidrológico” acumuladas no Terceiro trimestre de 2022, a redução seria de 21,6%, com o maior impacto percentual no grupo de contas de “Depreciações e amortizações”, devido ao ajuste de aproximadamente R\$ 19.000, relativo aos períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente. – CPC 01.63.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	Var %
Depreciações e amortizações	(45.129)	(69.154)	(34,7%)
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(38.219)	(34.562)	10,6%
Encargos de uso do sistema de transmissão – EUST	(36.540)	(32.534)	12,3%
Serviços de terceiros (a)	(20.133)	(16.089)	25,1%
Seguro de risco hidrológico	(20.078)	(18.239)	10,1%
Outros	(3.550)	(2.022)	75,6%
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(3.358)	(4.942)	(32,1%)
Materiais	(1.052)	(1.264)	(16,8%)
Passagens e hospedagens	(21)	(1)	2.000,0%
Total	(168.080)	(178.807)	(6,0%)

(*) Considera o aporte financeiro junto a CCEE e os tributos sobre a compra de energia elétrica (PIS e Cofins).

Serviços de terceiros (a)

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram um aumento de 25,1% acumulado no período findo em 30 de setembro de 2022 comparados com o mesmo período anterior, representados significativamente pela rubrica “Programas ambientais - Opex”, e está associado ao TAC mencionado no tópico “Destaques do período” do Comentário de Desempenho do segundo trimestre de 2022.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	Var %
Programas socioambientais (*)	(10.521)	(3.186)	230,2%
Assessoria e consultoria de O&M	(8.129)	(11.046)	(26,4%)
Monitoramento e vigilância	(750)	(766)	(2,1%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(469)	(907)	(48,3%)
Outros	(168)	(88)	90,9%
Transportes	(96)	(96)	-
Total	(20.133)	(16.089)	25,1%

(*) TAC celebrado em junho de 2022 com o Ministério Público, em trâmite na Comarca de Cláudia, no qual foi pactuada indenização pelos eventos de morte de peixes ocorridos em março e agosto de 2020 no montante de R\$ 8 milhões.

Custos com pessoal, encargos e benefícios (b)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram uma redução de 32,1% acumulada no período findo em 30 de setembro de 2022 comparados com o mesmo período anterior. O impacto desta redução está associado a metodologia de rateio iniciada no primeiro trimestre de 2022, onde os custos destas rubricas foram distribuídos aos projetos socioambientais.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	Var %
Remuneração de empregados	(1.663)	(2.602)	(36,1%)
Encargos trabalhistas	(1.102)	(1.785)	(38,3%)
Benefícios a empregados	(593)	(555)	6,8%
Total	(3.358)	(4.942)	(32,1%)

Despesas gerais e administrativas – Nota Explicativa nº 25

Os gastos deste grupo de contas apresentaram um aumento de 10,2% acumulado no período findo em 30 de setembro de 2022 comparados com o mesmo período anterior, representadas principalmente pela rubrica de “Serviços de terceiros”, “Pessoal, encargos e benefícios” e “Outros”.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	Var %
Pessoal, encargos e benefícios (c)	(5.191)	(4.684)	10,8%
Serviços de terceiros (d)	(4.103)	(4.274)	(4,0%)
Outros	(747)	(296)	152,4%
Arrendamentos e aluguéis	(165)	(287)	(42,5%)
Depreciações e amortizações	(106)	(204)	(48,0%)
Materiais	(103)	(148)	(30,4%)
Passagens e hospedagens	(97)	(64)	51,6%
Litígios trabalhistas e cíveis	(6)	415	(101,4%)
Total	(10.518)	(9.542)	10,2%

Despesas com pessoal, encargos e benefícios (c)

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 10,8% acumulado no período findo em 30 de setembro de 2022 comparado com o mesmo período anterior; o número de funcionários em 30 de setembro de 2022 foi de 15, comparado com 18 funcionários na mesma data do ano anterior, entretanto, a majoração na variação da rubrica “Encargos trabalhistas” é composta por indenizações de rescisões trabalhistas neste período.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	Var %
Remuneração de empregados	(2.359)	(2.176)	8,4%
Encargos trabalhistas	(2.081)	(1.294)	60,8%
Benefícios a empregados	(751)	(1.214)	(38,1%)
Total	(5.191)	(4.684)	10,8%

Serviços de terceiros administrativos e gerais (d)

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 4,0% acumulada no período findo em 30 de setembro de 2022 comparadas com o mesmo período anterior, representados significativamente pelas rubricas “Consultorias, honorários advocatícios e contábeis”.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	Var %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(3.382)	(3.525)	(4,1%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(374)	(262)	42,7%
Outros	(111)	(140)	(20,7%)
Monitoramento e vigilância	(110)	(126)	(12,7%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(95)	(185)	(48,6%)
Transportes	(31)	(36)	(13,9%)
Total	(4.103)	(4.274)	(4,0%)

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no período.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Financiamento BNDES	1.165.407	1.117.858
Circulante	36.059	17.620
Não Circulante	1.129.348	1.100.238
Debêntures¹	301.591	288.104
Circulante	35.899	28.706
Não Circulante	265.692	259.398
Endividamento bruto	1.466.998	1.405.962
(-) Caixa e equivalentes de caixa ²	160.753	121.791
Endividamento líquido	1.306.245	1.284.171
Grau de alavancagem³	48,2%	47,2%
Patrimônio líquido	1.402.050	1.437.055
Ativo total	3.029.837	2.978.402
Índice de capital próprio⁴	0,46	0,48
Ativo circulante	226.935	192.906
Passivo circulante	125.569	93.089
Índice de liquidez corrente⁵	1,8	2,1

1) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

2) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)

3) Patrimônio líquido / Ativo total

4) Ativo circulante / Passivo circulante

Ações Socioambientais

Os programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação do empreendimento permanecem sendo realizados em conformidade com o cronograma definido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), inclusive as ações vinculadas ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, com a recuperação de parte das áreas utilizadas como canteiro de obras do empreendimento e restauração das Áreas de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório, já cumpridos 441 hectares entre 2021 e o Terceiro trimestre de 2022.

Neste período de estiagem foram realizadas somente manutenções eventuais e a retomada do plantio será em novembro, com a chegada do período úmido.

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 7 de dezembro de 2021, para a emissão do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 e os relatórios de sobre as informações contábeis intermediárias contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022. A Deloitte presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis intermediárias aqui apresentadas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às informações contábeis intermediárias estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis, referentes a 30 de setembro de 2022 e demonstrações financeiras auditadas referente a 31 de dezembro de 2021. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as informações contábeis intermediárias referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, respectivamente, e com a conclusão expressa no Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. referente às mesmas.

Agradecimentos

A Companhia tem obtido forte avanço na condução de suas Operações, por meio de rígidos protocolos, e equipes altamente capacitadas, realizou com sucesso a Parada de Máquinas das 16.000 horas da UG01, procedimento de manutenção que visa sanar eventuais problemas, aumentando a vida útil da unidade geradora. O retorno à operação da UG01 foi realizado com antecipação de 28 horas do prazo inicialmente planejado, trazendo melhoria no ID – Índice de Disponibilidade. Os trabalhos foram realizados pelas equipes da Sinop Energia, EDF Serviços e terceiros contratados, sem nenhuma ocorrência de acidentes de trabalho.

Seguimos com as ricas trocas de experiências com nossos Acionistas, por meio da atuação estratégica do Conselho de Administração, e os Comitês Técnicos, continuando nossa busca pela excelência na execução dos trabalhos, reafirmando nossos propósitos de preservação do meio ambiente, e melhoria contínua em nossas operações.

Cumprindo rigorosamente os compromissos assumidos com a comunidade, poder público, credores e acionistas, agradecemos o apoio e a confiança depositados.

Diretoria da Sinop Energia

Companhia Energética Sinop S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	160.753	121.791
Contas a receber	7	41.548	37.869
Estoques	8	9.142	8.045
Tributos e contribuições a recuperar	9	14.062	24.637
Adiantamentos		474	419
Despesas antecipadas		956	145
Total do ativo circulante		226.935	192.906
Não Circulante			
Outros ativos		-	1.774
Depósitos judiciais		273	273
Tributos e contribuições a recuperar	9	16.337	10.826
Fundos vinculados	10	112.619	87.341
Ativo fiscal diferido	11	413.595	395.940
Total do realizável a longo prazo		542.824	496.154
Imobilizado	12	2.227.965	2.252.262
Intangível	13	32.113	37.080
Total do ativo não circulante		2.802.902	2.785.496
Total do ativo		3.029.837	2.978.402

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	19.859	20.349
Tributos e contribuições a recolher		3.752	3.509
Obrigações trabalhistas		1.567	1.224
Obrigações setoriais		1.155	1.954
Financiamento BNDES	15	36.059	17.620
Debêntures	16	35.899	28.706
Uso do bem público	17	1.488	1.465
Provisões socioambientais	18	25.720	18.208
Outros passivos circulantes		70	54
Total do passivo circulante		125.569	93.089
Não Circulante			
Financiamento BNDES	15	1.129.348	1.100.238
Debêntures	16	265.692	259.398
Obrigações setoriais		1.353	3.022
Uso do bem público	17	35.899	35.554
Provisões socioambientais	18	69.502	49.919
Provisões para contingências	19	136	127
Obrigações especiais		288	-
Total do passivo não circulante		1.502.218	1.448.258
Total do passivo		1.627.787	1.541.347
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	2.234.136	2.234.136
Prejuízos acumulados	20	(832.086)	(797.081)
Total do patrimônio líquido		1.402.050	1.437.055
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.029.837	2.978.402

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	Nota	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita de vendas					
Receita líquida com venda de energia elétrica	21	78.715	70.715	230.721	206.828
Outras receitas		-	63	-	134
Custos das vendas					
Energia elétrica comprada para revenda	22	(20.636)	(20.427)	(58.297)	(52.801)
Encargos de uso do sistema de transmissão	23	(13.151)	(11.701)	(36.540)	(32.534)
Outros custos com geração de energia elétrica	24	(25.031)	(31.268)	(73.243)	(93.472)
Lucro bruto		19.897	7.382	62.641	28.155
Despesas gerais administrativas	25	(3.004)	(2.978)	(10.518)	(9.542)
Provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	12	-	5.326	-	16.097
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		16.893	9.730	52.123	34.710
Receitas financeiras	26	8.938	2.340	24.048	4.812
Despesas financeiras	26	(32.752)	(38.684)	(128.831)	(99.984)
Resultado financeiro	26	(23.814)	(36.344)	(104.783)	(95.172)
Resultado antes dos impostos		(6.921)	(26.614)	(52.660)	(60.462)
Contribuição social diferida	11	475	2.401	4.669	5.954
Imposto de renda diferido	11	1.325	6.676	12.986	16.556
(Prejuízo) do período		(5.121)	(17.537)	(35.005)	(37.952)
Resultado por ação					
(Prejuízo) básico/diluído por ação - RS		(0,00229)	(0,00785)	(0,01567)	(0,01699)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
(Prejuízo) do período	(5.121)	(17.537)	(35.005)	(37.952)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	(5.121)	(17.537)	(35.005)	(37.952)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		<u>2.234.136</u>	<u>(654.416)</u>	<u>1.579.720</u>
(Prejuízo) do período		<u>-</u>	<u>(37.952)</u>	<u>(37.952)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2021	20	<u>2.234.136</u>	<u>(692.368)</u>	<u>1.541.768</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2022		<u>2.234.136</u>	<u>(797.081)</u>	<u>1.437.055</u>
(Prejuízo) do período		<u>-</u>	<u>(35.005)</u>	<u>(35.005)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	20	<u>2.234.136</u>	<u>(832.086)</u>	<u>1.402.050</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

		Períodos de nove meses findos	
		30/09/2022	30/09/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do período		(35.005)	(37.952)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(17.655)	(22.510)
Encargos da dívida	15	113.826	99.041
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	12	-	(16.097)
Provisão socioambiental - opex		9.015	-
Receitas financeiras dos fundos vinculados		(5.622)	1.230
Provisões para Contingências		9	-
Aumento das provisões por atualização monetária	26i	10.479	(226)
Depreciação e amortização	24a e 25c	52.127	76.255
		127.174	99.741
Variações no ativo			
Adiantamentos		(55)	822
Tributos e contribuições a recuperar		5.064	6.782
Contas a receber		(3.679)	504
Despesas antecipadas		(811)	(256)
Estoques		(1.097)	(535)
Depósitos judiciais		-	(262)
Outros ativos		1.774	(1.238)
		1.196	5.817
Variações no passivo			
Fornecedores		(2.762)	(12.220)
Tributos e contribuições a recolher		243	(202)
Obrigações trabalhistas		343	558
Obrigações setoriais		(2.587)	1.077
Uso do bem público		(1.877)	(1.694)
Obrigações especiais		290	-
Outros passivos		(1.065)	21
		(7.415)	(12.460)
Caixa gerado pelas operações		120.955	93.098
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	15	(25.223)	(62.091)
Juros pagos na liquidação da dívida com o Debêntures	15 e 16	(12.174)	(10.753)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		83.558	20.254
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de imobilizado		(9.492)	(19.322)
Adição de intangível	13	(55)	(21)
Fundos vinculados		(19.656)	4.258
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(29.203)	(15.085)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES	15	981	1.278
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	15	(8.796)	(25.271)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	15 e 16	(7.578)	(2.692)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(15.393)	(26.685)
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		38.962	(21.516)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	121.791	169.801
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	160.753	148.285
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		38.962	(21.516)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021
1 – Receitas			
Vendas de energia, serviços e outros		266.578	237.159
Outras receitas		-	134
		266.578	237.293
2 - Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(62.169)	(56.324)
Encargos pelo uso do sistema de transmissão - EUST		(40.223)	(35.799)
Encargos setoriais		(9.823)	(7.224)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(29.532)	(23.615)
Perda/Recuperação de valores ativos		-	16.097
Outras (Contingências trabalhistas)		(7)	-
		(141.754)	(106.865)
3 - Valor adicionado bruto		124.824	130.428
4 - Depreciação e amortização	24a e 25c	(52.127)	(76.255)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		72.697	54.173
6 - Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	26	24.048	4.812
		24.048	4.812
7 - Valor adicionado total a distribuir		96.745	58.985
8 - Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		6.631	7.316
Benefícios		1.385	1.875
FGTS		533	435
	24c e 25a	8.549	9.626
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(5.799)	(12.965)
Estaduais		2	5
Municipais		2	-
		(5.795)	(12.960)
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	26	128.831	99.984
Aluguéis	25	165	287
		128.996	100.271
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do período	20.a	(35.005)	(37.952)
		(35.005)	(37.952)
Valor adicionado total		96.745	58.985

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013.

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 20), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade, conforme Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Companhia. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Jardim Botânico, Av. dos Flamboyants, 684, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

Após a conclusão do enchimento do reservatório, a Sinop Energia realizou as tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960 e autorizou o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024.

Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de Atendimento aos Requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a UG2 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG2 ocorreu em 17 de setembro de 2019.

Para a UG1, o ONS emitiu a DAPR/P em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual liberou a unidade geradora UG1 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG1 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

Aspectos relacionados ao COVID-19

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Os governos, nos cinco continentes, passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e estimulando financeiramente seus mercados internos, a fim de superar os danos que uma potencial recessão possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Atualmente, devido a maior parte da população estarem vacinadas e com os níveis baixos de contaminações e a redução da propagação do vírus, as medidas restritivas também reduziram, entretanto, a orientação dos especialistas continua sendo o uso de máscaras em locais fechados.

b) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia destinará aproximadamente R\$ 3.119 em projetos associados a prevenção e combate do novo Coronavírus (COVID-19), oriundos de recursos do BNDES, Subcrédito “D”, aprovados em 13 de abril de 2020. A Companhia já realizou R\$ 2.947, até 30 de setembro de 2022 (R\$ 2.947, em 31 de dezembro de 2021) no combate a esta pandemia.

c) Impacto nas informações contábeis intermediárias

Em 30 de setembro de 2022, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) desempenho da demanda de energia elétrica no mercado regulado; e
- (ii) nos níveis de inadimplência das Companhias reguladas.

Conforme a análise da Administração, os possíveis impactos do COVID-19 para o terceiro trimestre de 2022 foram baseados nas melhores estimativas a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e, conforme análises da Administração, para o setor de geração de energia ainda não existem impactos relevantes. Até a data de emissão deste relatório não foram identificados impactos materiais para a Companhia.

d) Medidas adotada pela Companhia

A Companhia além de realizar os acompanhamentos periódicos dos colaboradores, por meio de testes rápidos, implementou as rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais, também adotou o sistema de teletrabalho (*home office*) e horários flexíveis para os colaboradores com funções administrativas. Após a campanha de vacinação de 100% (cem por cento) dos colaboradores próprios e terceirizados, no início do terceiro trimestre de 2021, a Companhia retornou com suas atividades totalmente presenciais.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2021 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua, periodicamente. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de setembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 12 e 13** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Notas explicativas 18 e 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das informações contábeis intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

3 Principais mudanças nas políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que devem ser lidas em conjunto com estas informações contábeis intermediárias.

4 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros avaliados aos seus valores justos.

5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC'), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Companhia inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Companhia (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Companhia ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a Companhia aplica a alteração pela primeira vez.	01/01/2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma Companhia irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2023
Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma Companhia, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas.	01/01/2023
Alterações à IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.	01/01/2023
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.	01/01/2023

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	1.720	273
- Banco Itaú Unibanco S.A.	75	37
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras:		
- Banco Itaú Unibanco S.A. (i)	82.965	-
- Banco do Brasil S.A. (ii)	34.976	121.478
- Banco Bradesco S.A. (iii)	41.014	-
	160.753	121.791

- (i) CDB do Banco Itaú com taxa de remuneração realizada no período findo em 30 de setembro de 2022 de aproximadamente 105% do CDI.
- (ii) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 30 de setembro de 2022 de aproximadamente 96% do CDI (idêntico em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) CDB do Banco Bradesco com taxa de remuneração realizada no período findo em 30 de setembro de 2022 de aproximadamente 101% do CDI.

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 28.

7 Contas a receber

	Vincendos	30/09/2022 Vencidos mais 30 dias	Total	31/12/2021
Contas a receber de clientes (i)	40.628	2	40.630	36.997
Partes relacionadas (ii)	918	-	918	872
	41.546	2	41.548	37.869

- (i) Referem-se, substancialmente:
(a) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 40.628 (R\$ 36.997, em 31 de dezembro de 2021);
- (ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a partes relacionadas R\$ 918 (R\$ 872, em 31 de dezembro de 2021). Nota explicativa nº 27.

8 Estoques

	30/09/2022	31/12/2021
Almoxarifado	<u>9.142</u>	<u>8.045</u>
	<u>9.142</u>	<u>8.045</u>

Os materiais em almoxarifado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

9 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	30/09/2022	31/12/2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	11.554	20.277
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	<u>2.508</u>	<u>4.360</u>
	<u>14.062</u>	<u>24.637</u>
 Não circulante	 30/09/2022	 31/12/2021
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) (ii)	14.6221	10.459
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	1.140	-
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	208	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	345
Imposto de Renda a recuperar	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>16.337</u>	<u>10.826</u>
	<u>30.399</u>	<u>35.463</u>

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, compras de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 34.102 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para os próximos 12 (doze) meses, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.
- (ii) Saldo de imposto de renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras referentes aos aportes dos acionistas, recursos obtidos junto ao BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e das operações comerciais.

10 Fundos vinculados

(i) Referentes aos empréstimos BNDES

Conta reserva	34.757	31.746
Conta reserva adicional	-	1.271
Conta centralizadora	<u>12.444</u>	<u>10.162</u>
	<u>47.201</u>	<u>43.179</u>

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva	25.522	19.547
Reserva adicional	25.641	18.240
Conta de pagamento	<u>9.277</u>	<u>6.375</u>

	<u><u>60.440</u></u>	<u><u>44.162</u></u>
(iii) Referente ao CUST		
Conta Centralizadora	<u>4.978</u>	<u>-</u>
	<u><u>4.978</u></u>	<u><u>-</u></u>
	<u><u>112.619</u></u>	<u><u>87.341</u></u>
(i) Referentes aos empréstimos BNDES.		
Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia. <u>Conta reserva</u> A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”. <u>Conta reserva adicional</u> A conta reserva adicional é composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 10. Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, através do Banco ABC no valor de R\$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma, em janeiro de 2020, o valor de R\$ 88.598 vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco, foi liberado para movimento em conta corrente. Em 1 de dezembro de 2021, através do Banco Bradesco, a carta de fiança bancária foi renovada no valor de R\$ 90.900, com vigência até 31 de dezembro de 2023.		
(ii) Referentes às debêntures		
<u>Conta reserva</u> A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019. <u>Conta reserva adicional</u> A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.		

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(iii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	30/09/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(514.969)	(443.850)
Imposto de renda diferido	25%	128.760	110.962
Contribuição social diferida	9%	46.348	39.947
		175.108	150.909
Provisão de <i>impairment</i>		(720.678)	(720.678)
Imposto de renda diferido	25%	180.170	180.170
Contribuição social diferida	9%	64.861	64.861
		245.031	245.031
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>		19.247	-
Imposto de renda diferido	25%	(4.812)	-
Contribuição social diferida	9%	(1.732)	-
		(6.544)	-
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.216.400)	(1.166.733)
Imposto de renda diferido	25%	304.118	291.151
Contribuição social diferida	9%	109.477	104.789
		413.595	395.940

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2020	331.471
Reconhecimento no exercício	64.469
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>395.940</u>
Reconhecimento no período	24.199
(-) Reversão no período	<u>(6.544)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u><u>413.595</u></u>

Demonstrativo de base de cálculo

	Períodos de três meses		Períodos de nove meses	
	findos em		findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.921)	(26.614)	(52.660)	(60.462)
Efeito das adições e exclusões no cálculo do tributo	(4.769)	(5.558)	(18.459)	(16.513)
Adições	798	(596)	1.237	(416)
Exclusões	(5.567)	(4.962)	(19.696)	(16.097)
Provisão para compra de energia elétrica	849	-	(449)	-
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>	(6.416)	(4.962)	(19.247)	(16.097)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(11.690)	(32.172)	(71.119)	(76.975)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	3.975	10.938	24.180	26.172
Impacto no valor do IR (*)	6	(50)	19	(39)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.981	(10.888)	24.199	(26.133)
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>	(2.181)	(1.811)	(6.544)	(3.623)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.800	9.077	17.655	22.510
Contribuição social diferida	475	2.401	4.669	5.954
Imposto de renda diferido	1.325	6.676	12.986	16.556
	<u>1.800</u>	<u>9.077</u>	<u>17.655</u>	<u>22.510</u>
Alíquota efetiva	(26,0%)	(34,1%)	(33,5%)	(37,2%)

(*) Aplicação da alíquota direta de 34% na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, sem desconsiderar o adicional na base de cálculo do imposto de renda no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais.

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 30 de setembro de 2022.

Exercícios	Total
2025	1.247
2026	6.207
2027	7.970
2028	10.142
2029	12.210
Entre 2030 e 2044	375.818
Total	413.595

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Por ser o terceiro ano das operações, a Companhia não possui histórico de lucros, todavia, iniciou as operações no segundo semestre de 2019 nos termos do seu plano de negócio e possui contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão.

12 Imobilizado

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2022

		Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Reversão / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Geração							
Em curso							
Terrenos		384	-	-	-	-	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		275	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	(iii)	146.628	32.140	-	-	-	178.768
Adiantamentos a fornecedores	(i)	620	4	-	(19)	-	605
		147.907	32.144	-	(19)	-	180.032
Terrenos a pagar	(ii.a)	820	-	-	(50)	-	770
Medições	(ii.b)	2.552	-	-	(1.923)	-	629
Subtotal – Geração em curso		151.279	32.144	-	(1.992)	-	181.431
Em serviço							
Veículos		752	-	-	-	-	752
Terrenos		392.434	19	-	-	-	392.453
Reservatórios		1.863.507	-	-	-	-	1.863.507
Edificações		490.387	-	-	-	-	490.387
Máquinas e equipamentos		266.171	568	-	-	-	266.739
Móveis e utensílios		928	-	-	-	-	928
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(241)	-	(55)	-	-	(296)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(28.792)	-	(6.989)	-	-	(35.781)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(136.799)	-	(33.215)	-	-	(170.014)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(36.326)	-	(8.819)	-	-	(45.145)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(22.093)	-	(5.370)	-	-	(27.463)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(129)	-	(29)	-	-	(158)
Subtotal – Geração em serviço		2.789.799	587	(54.477)	-	-	2.735.910
Total – Geração		2.941.078	32.731	(54.477)	(1.992)	-	2.917.341
Sistema de transmissão de conexão							
Em serviço		34.120	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(2.590)	-	(628)	-	-	(3.218)
Total – Sistema de transmissão de conexão		31.530	-	(628)	-	-	30.902

Administração						
Em serviço	2.102	184	-	-	-	2.286
(-) Depreciação acumulada	(1.770)	-	(115)	-	-	(1.885)
Total – Administração	332	184	(115)	-	-	401
Total – Imobilizado	2.972.940	32.915	(55.220)	(1.992)	-	2.948.643
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(720.678)	-	-	-	-	(720.678)
Total – Imobilizado líquido	2.252.262	32.915	(55.220)	(1.992)	-	2.227.965

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

		Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Reversão / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Geração		0		o			
Em curso							
Terrenos		384	-	-	-	-	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		275	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	(iii)	99.700	46.928	-	-	-	146.628
Adiantamentos a fornecedores	(i)	610	10	-	-	-	620
		100.969	46.938	-	-	-	147.907
Terrenos a pagar	(ii.a)	827	-	-	(7)	-	820
Medições	(ii.b)	4.378	2.797	-	(4.623)	-	2.552
Subtotal – Geração em curso		106.174	49.735	-	(4.630)	-	151.279
Em serviço							
Veículos		752	-	-	-	-	752
Terrenos		392.415	19	-	-	-	392.434
Reservatórios		1.863.507	-	-	-	-	1.863.507
Edificações		490.318	69	-	-	-	490.387
Máquinas e equipamentos		266.041	130	-	-	-	266.171
Móveis e utensílios		928	-	-	-	-	928
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(142)	-	(99)	-	-	(241)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(16.215)	-	(12.577)	-	-	(28.792)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(77.049)	-	(59.750)	-	-	(136.799)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(20.463)	-	(15.863)	-	-	(36.326)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(12.465)	-	(9.628)	-	-	(22.093)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(74)	-	(55)	-	-	(129)
Subtotal – Geração em serviço		2.887.553	218	(97.972)	-	-	2.789.799
Total – Geração		2.993.727	49.953	(97.972)	(4.630)	-	2.941.078
Sistema de transmissão de conexão							
Em serviço		34.120	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(1.460)	-	(1.130)	-	-	(2.590)
Total – Sistema de transmissão de conexão		32.660	-	(1.130)	-	-	31.530

Administração						
Em serviço	1.978	201	-	-	(77)	2.102
(-) Depreciação acumulada	(1.578)	-	(268)	-	76	(1.770)
Total – Administração	400	201	(268)	-	(1)	332
Total – Imobilizado						
	3.026.787	50.154	(99.370)	(4.630)	(1)	2.972.940
(-) Provisão para redução do valor recuperável						
	(624.202)	-	-	(96.476)	-	(720.678)
Total – Imobilizado líquido	2.402.585	50.154	(99.370)	(101.106)	(1)	2.252.262

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.

- (ii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos (ii.a) proprietários dos terrenos, aguardam resolução de pendências documentais condicionadas as escrituras; e aos (ii.b) fornecedores, aguardam decisões judiciais/inventários. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iii) Referem-se, substancialmente, a obras residuais relativas à engenharia civil (R\$ 12,9 Milhões) e está previsto a unitização até dezembro de 2022 e (R\$ 19,1 milhões), correspondentes aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, previstos o término até dezembro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa 18.
- (iv) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil limitada até o final do prazo da concessão.

a) Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais. Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia não identificou a existência de indicadores de redução adicional ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Provisão para perda por redução ao valor recuperável

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(720.678)	(624.202)
Provisão	-	(96.476)
Total impairment	(720.678)	(720.678)

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	30/09/2022	31/12/2021
Imobilizado	2.227.965	2.252.262
Intangível	32.113	37.080
	2.802.902	2.289.342

13 Intangível

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições (+)	Amortização (-)	Reversões	Saldo em 30/09/2022
Geração					
Em serviço					
Software – GER	80	55	-		135
(-) Amortização Softwares – GER	(30)	-	(13)		(43)
UBP (i)	43.543	-	-	(8.115)	35.428
(-) Amortização acumulada - UBP (ii)	(6.526)	-	(879)	3.989	(3.416)
Total – Geração	37.067	55	(892)	(4.126)	32.104
Administração Central					
Em serviço	1.017	-	-		1.017
(-) Amortização acumulada	(1.004)	-	(4)		(1.008)
Total – Administração	13	-	(4)		9
Total	37.080	55	(896)	(4.126)	32.113

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 31/12/2020	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2021
Geração				
Em serviço				
Software – GER	67	13	-	80
(-) Amortização Softwares - GER	(15)	-	(15)	(30)
UBP (i)	34.139	9.404	-	43.543
(-) Amortização acumulada - UBP (ii)	(4.440)	-	(2.086)	(6.526)
Total - Geração	29.751	9.417	(2.101)	37.067
Administração Central				
Em serviço	1.009	8	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(993)	-	(10)	(1.003)
Total - Administração	16	8	(10)	13
Total	29.767	9.424	(2.111)	37.080

- (i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 1.488 em 30 de setembro de 2022 e R\$ 1.465 em 31 de dezembro de 2021) e não circulante (R\$ 35.899 em 30 de setembro de 2022 e R\$ 35.554 em 31 de dezembro de 2021), Nota Explicativa nº 17, em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 10,3 % a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo circulante e não circulante são contabilizados em despesas financeiras.

- (ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

14 Fornecedores

	30/09/2022	31/12/2021
Energia comprada para revenda (i)	5.605	6.003
EUST (ii)	4.548	4.178
Materiais e serviços (iii)	3.978	5.656
Partes relacionadas (iv)	3.412	2.394
Outros (v)	784	983
Fundiário (vi)	770	820
Retenções contratuais (vii)	411	309
Seguros a pagar	351	6
	19.859	20.349

- (i) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do período.
(ii) Referem-se aos EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).
(iii) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras remanescentes e operação e manutenção.
(iv) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 27.
(v) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, etc.
(vi) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
(vii) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

15 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das informações contábeis intermediárias.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 30 de setembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	37.157	-	(1.098)	36.059
		<u>37.157</u>	<u>-</u>	<u>(1.098)</u>	<u>36.059</u>
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.141.333	-	(16.166)	1.125.167
Atualização	TJLP	-	4.181	-	4.181
		<u>1.141.333</u>	<u>4.181</u>	<u>(16.166)</u>	<u>1.129.348</u>
Total do financiamento		<u>1.178.490</u>	<u>4.181</u>	<u>(17.264)</u>	<u>1.165.407</u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	18.718	-	(1.098)	17.620
		<u>18.718</u>	<u>-</u>	<u>(1.098)</u>	<u>17.620</u>
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.113.501	-	(16.987)	1.096.514
Atualização	TJLP	-	3.724	-	3.724
		<u>1.113.501</u>	<u>3.724</u>	<u>(16.987)</u>	<u>1.100.238</u>
Total do financiamento		<u>1.132.219</u>	<u>3.724</u>	<u>(18.085)</u>	<u>1.117.858</u>

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 16) em 30 de setembro de 2022 – (9 meses)

	Passivos	
	Financiamento BNDES	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.117.858	288.104
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Financiamentos captados	981	-
Amortização de principal	(8.796)	(7.578)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(7.815)	(7.578)
Outras variações		
Provisão de juros	79.766	32.581
Pagamento de juros	(25.223)	(12.174)
Custo de transação	821	658
Total de outras variações	55.364	21.065
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.165.407	301.591

Movimentação do financiamento e debêntures (nota explicativa 16) em 31 de dezembro de 2021 - (12 meses)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.138.514	262.194	1.400.708
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Financiamentos captados	1.278	-	1.278
Amortização de principal	(30.718)	(2.711)	(33.429)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(29.440)	(2.711)	(32.151)
Outras variações			
Provisão de juros	84.447	50.104	134.551
Pagamento de juros	(76.762)	(22.361)	(99.123)
Custo de transação	1.099	878	1.977
Total de outras variações	8.784	28.621	37.405
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.117.858	288.104	1.405.962

Movimentação do período do custo incremental findo em 30 de setembro de 2022 – (9 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Custo incremental	18.085	-	(821)	17.264

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Custo incremental	19.184	-	(1.099)	18.085

Segundo o CPC 48, os custos incrementais são diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de passivo financeiro. Os custos incrementais devem incluir taxas e comissões pagas a agentes, consultores, corretores e revendedores, impostos e encargos de transferências. Os custos de transação não devem incluir prêmios ou descontos de dívida, custos de financiamento ou custos administrativos internos ou de retenção.

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesa.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

No dia 11 de novembro de 2021, a Companhia recebeu a Carta AE/DEENE1 nº 093/2021 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual autorizou a suspensão temporária (standstill) de 15 de dezembro de 2021 até 15 de junho de 2022 dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 16.2.0270.1, no qual foi disponibilizado ao mercado desde março de 2020 para o enfrentamento dos efeitos adversos financeiros da pandemia do corona vírus e também no enfrentamento da crise hídrica de 2021. A Companhia retomou os pagamentos a partir de 15 de julho de 2022.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
	1.018.000		
Total	0		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período	Subcrédito D
Entre Nov/2022 até dez/2023	1.150

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2022	9.027
2023	38.090
2024	41.468
2025	45.145
2026	49.149
2027	53.508
Após 2028	946.284
Total da dívida com encargos	1.182.671
 Custo incremental	 (17.264)
	1.165.407

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros). Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações contábeis relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da finança corporativa.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, sendo que os exercícios de 2019 e 2021 o índice ICSD não foi atendido, porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES prevê a quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Companhia possui contratos de financiamentos, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais e financeiras. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2022.

16 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, dividida em R\$ 208.722 em 03 de julho de 2018 e R\$ 27.278 em 10 de julho de 2018, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2022	11.864
2023	36.837
2024	43.190
2025	47.933
2026	53.084
2027	58.669
A partir de 2028	58.544
Total da dívida com encargos	310.121
Custo incremental	(8.530)
	301.591

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%; em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em Demonstrações Contábeis anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Contábeis auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados, iniciando em 2019. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas informações das Demonstrações Contábeis auditadas.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, sendo que os exercícios de 2019 e 2021 o índice ICSD não foi atendido, porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES prevê a quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Companhia possui contratos de debêntures, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais e financeiras. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2022.

Composição das debêntures em 30 de setembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	12.783	-	(734)	12.049
Atualização		-	23.850	-	23.850
		12.783	23.850	(734)	35.899
Não circulante					
Debêntures		205.574	-	(7.796)	197.778
Atualização		-	67.914	-	67.914
		205.574	67.914	(7.796)	265.692
Total das debêntures		218.357	91.764	(8.530)	301.591

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	7.387	-	(798)	6.589
Atualização		-	22.117	-	22.117
		7.387	22.117	(798)	28.706
Não circulante					
Debêntures		218.461	-	(8.389)	210.072
Atualização		-	49.326	-	49.326
		218.461	49.326	(8.389)	259.398
Total das debêntures		225.848	71.443	(9.187)	288.104

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2022 – (9 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/09/2022
Circulante						
Debêntures	6.589	(7.578)	25.157	-	66	24.234
Atualização	22.117	(12.174)	1.945	-223	-	11.665
	28.706	(19.752)	27.102	-223	66	35.899
Não circulante						
Debêntures	192.539	-	(12.886)	-	592	180.245
Atualização	66.859	-	(14.216)	32.804	-	85.447
	259.398	-	(27.102)	32.804	592	265.692
Total das debêntures	288.104	(19.752)	-	32.581	658	301.591

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2021
Circulante						
Debêntures	1.778	(2.711)	7.442	-	80	6.589
Atualização	1.762	(22.361)	42.716	-	-	22.117
	<u>3.540</u>	<u>(25.072)</u>	<u>50.158</u>	<u>-</u>	<u>80</u>	<u>28.706</u>
Não circulante						
Debêntures	208.252	-	(15.253)	(1.258)	798	192.539
Atualização	50.402	-	(34.905)	51.362	-	66.859
	<u>258.654</u>	<u>-</u>	<u>(50.158)</u>	<u>50.104</u>	<u>798</u>	<u>259.398</u>
Total das debêntures	<u>262.194</u>	<u>(25.072)</u>	<u>-</u>	<u>50.104</u>	<u>878</u>	<u>288.104</u>

Movimentação do período do custo incremental findo em 30 de setembro de 2022 – (9 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Custo incremental	9.188	-	(658)	8.530

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Custo incremental	10.066	-	(878)	9.188

17 Uso do Bem Público

Circulante

	30/09/2022	31/12/2021
Uso do Bem Público	<u>1.488</u>	<u>1.465</u>
	<u>1.488</u>	<u>1.465</u>

Não circulante

	30/09/2022	31/12/2021
Uso do Bem Público	<u>35.899</u>	<u>35.554</u>
	<u>35.899</u>	<u>35.554</u>
	<u>37.387</u>	<u>37.019</u>

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531 (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A atualização da obrigação foi registrada em contrapartida ao Uso do Bem Público – Intangível durante o período de construção da Usina. Após a entrada em operação da UHE Sinop, o passivo de UBP é atualizado monetariamente em contrapartida a despesas financeiras e amortizado por meio de pagamentos mensais.

18 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (Capex) e gastos com o ANPP e TAC de 06/2022 (Opex).

Circulante

	30/09/2022	31/12/2021
Físico biótico (*)	25.720	18.208
	25.720	18.208

Não circulante

	30/09/2022	31/12/2021
Físico biótico (*)	79.882	58.821
(-) Ajuste a valor presente (i)	(10.380)	(8.902)
	69.502	49.919
	95.222	68.127

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras), Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas, Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários, Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila, Programa de Monitoramento de Encostas Marginais, Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudanças, Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática, Programa de Monitoramento da Ictiofauna + Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial, Subprograma de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água, Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas, Programa de Educação Ambiental, Remanejamento da População, PRAD APP do Reservatório (3.000 hectares) e o Projeto Peixes, TAC Vinculado ao Sistema Sincar, TAC Projeto ampliação laboratório SEMA, TAC Bens móveis para o CIMA, Apoio ao município Sinop, SNUC, ACP, TAC compensações ambientais (Capex).
TAC de setembro de 2022: Construção da DEMA, Projeto de terraplanagem e topografia, construção da Delegacia de Polícia Judiciária do município de Cláudia, Implantação do Laboratório da POLITEC, Projeto Água do Futuro, Projeto SISPECA, Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, Projeto Implemento de Equipamento para Segurança Orgânica e Rede Lógica do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, Fundo Estadual do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Cláudia, e o ANPP – Acordo de Não Persecução Penal. (Opex).

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R\$ 10.379, tendo como base as projeções do IPCA para os exercícios entre 2023 (IPCA 4,9%) a 2026 (IPCA 3,0%).

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 25.720 (R\$ 18.208, em 31 de dezembro de 2021) e no passivo não circulante R\$ 69.502 (R\$ 49.919, em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia celebrou, em setembro de 2022, um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público no âmbito do inquérito civil n. 183-053/2020 em trâmite na Comarca de Cláudia, no qual foi pactuada indenização pelos eventos de morte de peixes ocorridos em março e agosto de 2020 no montante de R\$ 8.000. Os pagamentos estão previstos para ocorrerem nos próximos doze meses.

Também foi celebrado um acordo de não persecução penal entre a Companhia com o Ministério Público, em razão de 5 eventos de mortandade de peixes ocorridos entre fevereiro de 2019 e agosto de 2020, no qual foi prevista uma prestação pecuniária de R\$ 1.000. O pagamento deste evento ocorreu no mês de julho de 2022.

19 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável” Movimentações em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	127	524
Adições	9	137
Pagamentos/baixas	-	(534)
Saldo final	<u>136</u>	<u>127</u>

A Companhia é ré em processos trabalhistas e os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado do Maranhão.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 30 de setembro de 2022, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 199.954 (R\$ 220.867 em 31 de dezembro de 2021), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, e regulatórios, fiscais e ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2022 – (9 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Cíveis e outras (i).(a).(b)	219.984	31.605	(52.235)	199.354
Trabalhistas (ii)	883	112	(395)	600
Total	220.867	31.717	(52.630)	199.954

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Cíveis e outras (i)	121.431	100.071	(1.518)	219.984
Trabalhistas (ii)	3.435	265	(2.817)	883
Tributárias (iii)	32.555	-	(32.555)	-
Total	157.421	100.336	(36.890)	220.867

(i) Cíveis

As contingências cíveis, são de autoria de Entidades Públicas e equiparadas, tais como: SEMA, Ministério Público Federal, Prefeituras e sindicatos (R\$ 91.232) e Pessoas Físicas e Jurídicas (R\$ 108.723).

(i). (i.a) Dos R\$ 31.605 adicionados, no terceiro trimestre, R\$ 14.849, referem-se a multa aplicada pela Receita Federal, impugnada administrativamente; (i.b) Baixa de R\$ 52.221 referente aos autos de infrações expedidos pela SEMA e em outubro de 2021 convertidos no Termo de Compromisso de Ajustamento de conduta (processo nº 410675/2021) no valor de R\$ 10.695, reconhecidos contabilmente em novembro de 2021 nas provisões socioambientais. Entretanto a baixa do processo só ocorreu após a homologação pela SEMA (no primeiro trimestre de 2022).

(ii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

(iii) Tributárias

Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R\$ 10.528, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Classificado como remoto no primeiro trimestre de 2021.

Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R\$ 36.556, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Classificado como remoto no primeiro trimestre de 2021.

20 Capital social

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

a.) Prejuízo líquido por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
(Prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	(5.121)	(17.537)	(35.005)	(37.952)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136	2.234.136	2.234.136
(Prejuízo) por ação (básico) - R\$	(0,00229)	(0,00785)	(0,01567)	(0,01699)
(Prejuízo) por ação (diluído) - R\$	(0,00229)	(0,00785)	(0,01567)	(0,01699)

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, o (prejuízo) por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

O prejuízo contábil deverá ser, obrigatoriamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. Desta forma, o saldo da conta "Reserva Legal (PL)" e "Reserva de Capital (PL)" somente poderão ser utilizadas para compensação do prejuízo apurado no exercício na hipótese de não haver saldo suficiente nas contas "Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)" e "Reserva de Lucros (PL)".

21 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita com venda de energia - (i) ACR	86.687	77.465	258.821	230.079
Receita com venda de energia - (ii) ACL	2.663	2.435	7.757	7.080
COFINS sobre venda de energia elétrica	(6.791)	(5.984)	(20.250)	(17.937)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.474)	(1.300)	(4.396)	(3.894)
Encargos setoriais	(2.370)	(1.901)	(11.211)	(8.500)
	78.715	70.715	230.721	206.828
Referem-se à comercialização de energia elétrica de:				
(i) ACR				
MWh	471.336	467.449	1.404.205	1.404.152
Preço médio – em R\$	183,92	165,72	184,52	163,86
(ii) ACL				
MWh	12.629	12.629	34.477	37.477
Preço médio – em R\$	210,86	192,80	206,98	188,91

22 Energia elétrica comprada para revenda e risco hidrológico

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Energia elétrica comprada para revenda (i) (*)	(13.870)	(14.281)	(38.219)	(34.562)
Risco hidrológico	(6.766)	(6.146)	(20.078)	(18.239)
	(20.636)	(20.427)	(58.297)	(52.801)
(i)				
MWh	57.408	60.475	178.935	187.422
Preço médio – em R\$	241,60	236,15	213,59	184,41

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

23 Encargos de uso do sistema de transmissão

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Encargos de uso do sistema de transmissão	(13.151)	(11.701)	(36.540)	(32.534)

Contemplam os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP).

24 Outros custos com geração de energia elétrica

	Nota	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Depreciações e amortizações	24a	(16.376)	(23.052)	(45.129)	(69.154)
Serviços de terceiros	24b	(5.635)	(5.348)	(20.133)	(16.089)
Pessoal, encargos e benefícios	24c	(930)	(1.485)	(3.358)	(4.942)
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(1.825)	(675)	(3.550)	(2.022)
Materiais		(247)	(708)	(1.052)	(1.264)
Passagens e hospedagens		(18)	-	(21)	(1)
		(25.031)	(31.268)	(73.243)	(93.472)

24a. Depreciações e amortizações	Nota	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
- Depreciação/amortização – Geração	12 e 13	(18.460)	(25.062)	(51.380)	(75.183)
- Depreciação – Sistema de conexão	12	(209)	(282)	(628)	(847)
		(18.669)	(25.344)	(52.008)	(76.030)
Créditos de PIS e Cofins		2.293	2.292	6.879	6.876
		(16.376)	(23.052)	(45.129)	(69.154)

24b. Serviços de terceiros		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Programas ambientais – OPEX		(1.187)	(770)	(10.521)	(3.186)
Assessoria e consultoria de O&M		(3.877)	(3.973)	(8.129)	(11.046)
Monitoramento e vigilância		(276)	(252)	(750)	(766)
Telefonia, internet, água e energia elétrica		(189)	(238)	(469)	(907)
Outros		(59)	(64)	(168)	(88)
Transportes		(47)	(51)	(96)	(96)
		(5.635)	(5.348)	(20.133)	(16.089)

24c. Pessoal, encargos e benefícios	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração de empregados	(495)	(766)	(1.663)	(2.602)
Encargos trabalhistas	(301)	(491)	(1.102)	(1.785)
Benefícios a empregados	(134)	(228)	(593)	(555)
	<u>(930)</u>	<u>(1.485)</u>	<u>(3.358)</u>	<u>(4.942)</u>

25 Despesas gerais e administrativas

	Nota	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Pessoal, encargos e benefícios	25a	(1.767)	(1.442)	(5.191)	(4.684)
Serviços de terceiros	25b	(750)	(1.358)	(4.103)	(4.274)
Outros		(335)	(166)	(747)	(296)
Arrendamentos e aluguéis		(44)	(69)	(165)	(287)
Depreciações e amortizações	25c	(36)	(101)	(106)	(204)
Materiais		(40)	(49)	(103)	(148)
Passagens e hospedagens		(32)	(25)	(97)	(64)
Litígios trabalhistas e cíveis		-	232	(6)	415
		<u>(3.004)</u>	<u>(2.978)</u>	<u>(10.518)</u>	<u>(9.542)</u>

25a. Pessoal, encargos e benefícios

		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração de empregados		(834)	(720)	(2.359)	(2.176)
Encargos trabalhistas		(680)	(438)	(2.081)	(1.294)
Benefícios a empregados		(253)	(284)	(751)	(1.214)
		<u>(1.767)</u>	<u>(1.442)</u>	<u>(5.191)</u>	<u>(4.684)</u>

25b. Serviços de terceiros

		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis		(503)	(1.154)	(3.382)	(3.525)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP		(104)	(89)	(374)	(262)
Outros		(51)	(39)	(111)	(140)
Monitoramento e vigilância		(56)	(19)	(110)	(126)
Telefonia, internet, água e energia elétrica		(35)	(55)	(95)	(185)
Transportes		(1)	(2)	(31)	(36)
		<u>(750)</u>	<u>(1.358)</u>	<u>(4.103)</u>	<u>(4.274)</u>

25c. Depreciações e amortizações	Nota	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
- Depreciação – Administração	12	(40)	(112)	(115)	(216)
- Amortização – Administração	13	(2)	(1)	(4)	(10)
		<u>(42)</u>	<u>(113)</u>	<u>(119)</u>	<u>(226)</u>
Créditos de PIS e Cofins		<u>6</u>	<u>12</u>	<u>13</u>	<u>22</u>
		(36)	(101)	(106)	(204)

26 Resultado financeiro

	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	8.006	2.338	19.945	4.807
Atualizações monetárias	915	-	3.980	-
Outras receitas	16	-	97	-
Juros recebidos	-	-	21	-
Descontos obtidos	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
Subtotal	8.938	2.340	24.048	4.812
Despesas financeiras				
Encargos sobre os financiamentos				
BNDES e Debêntures	(31.807)	(38.550)	(113.826)	(99.041)
Atualizações monetárias	(763)	-	(14.459)	-
Juros pagos	(115)	-	(321)	(750)
IOF	(29)	(7)	(120)	(36)
Outras despesas financeiras	(38)	(127)	(105)	(157)
Subtotal	(32.752)	(38.684)	(128.831)	(99.984)
	(23.814)	(36.344)	(104.783)	(95.172)

27 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE); a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

	01/01/2022 a 30/09/2022			01/01/2021 a 31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	459	-	3.878	436	-	4.835
EUST (ii)	-	409	(2.631)	-	366	(3.602)
	459	409	1.247	436	366	1.233
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	459	-	3.879	436	-	4.835
EUST (ii)	-	486	(4.019)	-	467	(5.629)
	459	486	(140)	436	467	(794)
DF SERVIÇOS (iii)						
Serviços	-	2.517	(5.922)	-	1.724	(13.581)
	-	2.517	(5.922)	-	1.724	(13.581)
TOTAL	918	3.412	(4.815)	872	2.557	(13.142)

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no oitavo dia útil do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 7(ii).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 20 e 30 do mês subsequente e dia 15 do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 14 (iv).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 14 (iv).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022.

	Períodos de três meses		Períodos de nove meses	
	findos em		findos em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração da diretoria (i)	(240)	(212)	(767)	(706)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(250)	(142)	(596)	(454)
Benefícios dos diretores (iii)	(84)	(76)	(243)	(242)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(65)	(58)	(190)	(176)
	(639)	(488)	(1.796)	(1.578)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
- (iv) Composta por ordenados e salários.

28 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e títulos e valores mobiliários	6	160.753	121.791
Contas a receber	7	41.548	37.869
Fundos vinculados	10	112.619	87.341
		314.920	247.001
Fornecedores e prov. socioambientais	14 e 18	115.081	88.476
Encargos setoriais		2.508	4.976
Provisões para contingências	19	136	127
Uso do Bem Público	17	37.387	37.019
Empréstimos e financiamentos	15	1.165.407	1.117.858
Debêntures	16	301.591	288.104
		1.622.110	1.536.560

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Financiamentos, empréstimos e debêntures	15 e 16	1.466.998	1.405.962
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6	(160.753)	(121.792)
Dívida líquida		1.306.245	1.284.170
Patrimônio líquido		1.402.050	1.437.055
Total do capital		2.708.295	2.721.225
Índice de alavancagem financeira		48,23%	47,19%

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:

- (i) as aplicações de renda fixa e baixo risco, no (a) Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI, (b) Banco Itaú, remunerada aproximadamente 105% do CDI e (c) Banco Bradesco, remunerada aproximadamente 101% do CDI. (Nota Explicativa nº 6); e
- (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 10).

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 72% (73% em 31 de dezembro de 2021) de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.

- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis pelo motivo de paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSFMRE, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nº 15 e 16, respectivamente.

A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da informação financeira intermediária. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados.

30 de setembro de 2022								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		117.659	129.977	33.944	12.860	49.202	33.971	-
Empréstimos e financiamentos	15	1.165.407	2.282.031	68.120	68.120	136.241	272.482	1.737.068
Debêntures	16	301.591	541.588	11.846	24.787	91.860	114.241	298.854
		<u>1.584.657</u>	<u>2.953.596</u>	<u>113.910</u>	<u>105.767</u>	<u>277.303</u>	<u>420.694</u>	<u>2.035.922</u>
31 de dezembro de 2021								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		98.366	95.277	33.232	9.104	14.810	31.458	6.673
Empréstimos e financiamentos	15	1.117.858	2.033.652	-	19.467	129.947	259.895	1.624.343
Debêntures	16	288.104	545.700	19.135	11.740	36.052	88.515	390.258
		<u>1.504.328</u>	<u>2.674.629</u>	<u>52.367</u>	<u>40.311</u>	<u>180.809</u>	<u>379.868</u>	<u>2.021.274</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 30 de setembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Risco na apreciação			Risco na depreciação	
	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
100.174		Carteira de fundos		Carteira de fundos	
	100.174	113.485	116.147	92.188	94.850
Receita financeira projetada	10.649	13.311	15.973	7.986	5.324
Taxa de juros	10,63%	13,29%	15,95%	7,97%	5,32%
Variação - R\$		2.662	5.324	(2.662)	(5.324)
Aplicações CDI (ii)					
158.948		Aumento do CDI		Redução do CDI	
	158.948	184.369	189.453	143.695	148.780
Receita financeira projetada	20.337	25.421	30.505	15.253	10.168
Taxa de juros	12,79%	15,99%	19,19%	9,60%	6,40%
Variação - R\$		5.084	10.168	(5.084)	(10.168)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.182.671		Aumento da TJLP		Redução da TJLP	
	1.182.671	1.283.420	1.303.570	1.122.222	1.142.372
Despesa financeira projetada	80.599	100.749	120.899	60.449	40.300
Taxa de juros	6,82%	8,52%	10,22%	5,11%	3,41%
Variação - R\$		20.150	40.300	(20.150)	(40.300)
Debêntures (b)					
310.121		Aumento do IPCA		Redução do IPCA	
	310.121	330.666	334.775	297.793	301.902
Despesa financeira projetada	16.436	20.545	24.655	12.327	8.218
Taxa de juros	5,30%	6,63%	7,95%	3,98%	2,65%
Variação - R\$		4.109	8.218	(4.109)	(8.218)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				100.174	
Conta centralizadora				12.444	
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 10				112.618	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				158.948	
Aplicação automática				7.900	
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 6 (i e ii)				166.848	
Composição dos saldos			BNDES (a)	Debêntures (b)	
Nota Explicativa			15	16	
Saldo da dívida			1.165.407	301.591	
Custo da transação			17.264	8.530	
Total da dívida com encargos			1.182.671	310.121	
Premissas (média entre 2022 e 2023)					
Carteira de fundos - Ativos			a.a.	10,63%	
CDI - Ativos			a.a.	12,71%	
TJLP - Passivos			a.a.	6,82%	
IPCA - Passivos			a.a.	5,30%	

29 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigente até	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Liberty Seguros	7697000457	Venda de energia elétrica	15/02/2023	872	Contratado pela CHESF
Allianz Seguros S.A.	5177-2021-711800-18283	Seguro empresarial - Sede administrativa	16/03/2023	2.200	-
Allianz Seguros S.A.	5177 2022 5310 0000093	Directors and Officers Liability Insurance (D&O)	01/04/2023	5.023	-
Axa Corporate Solutions Seguros S.A.	03.51.1.003881	Responsabilidade civil	30/06/2023	50.907	-
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-15761	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Cláudia	21/08/2024	50.681	-
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-16055	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Itaúba	04/09/2024	15.601	-
XL Seguros Brasil S.A.	01.96.1.001463	Riscos operacionais	31/12/2022	3.105.771	-
Chubb Seguros Brasil S.A.	17.71.0730463.12	Seguro terrorismo	31/12/2022	957.016	-
Pottencial Seguradora S.A.	03069-2021-990776-0030264-000	Seguro garantia contratual	31/12/2022	1.777	Contratado pela Intertechne (projetista da UHE SINOP)

Depósito caução					
Banco	Agência / Conta	Objeto	Data da abertura	Valor	Observação
Caixa	2403 / 473-5	Venda de energia elétrica	01/02/2019	776	Garantia efetuada pela Eletronorte

30 Compromissos

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 218.212 (R\$ 248.363 em 31 de dezembro de 2021) de compromissos assumidos.

Compromissos	30/09/2022	31/12/2021
Aquisição de energia elétrica (i)	118.519	160.529
Operação e manutenção da usina	38.080	39.902
Compromissos ambientais (ii)	20.739	31.495
Assessorias, consultorias e auditorias	6.932	4.569
Obras da barragem/reservatório	6.528	6.900
Outros	4.842	4.548
Supressão vegetal	420	420
Total	196.060	248.363
(i) A Companhia tem compromissos de compras de energia previstos entre outubro de 2022 até o dezembro de 2025, no montante de 495.888 MWh, pelos motivos de (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido às variações/restrições hidrológicas do país.		
(ii) Compromissos ambientais adicionados referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, monitoramentos sismológicos, hidrológicos e de climas, resgates de ictiofaunas, controles de resíduos, etc.		

31 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	30/09/2022	30/09/2021
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12)	32.915	33.991
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (provisões socioambientais)	(20.638)	(5.493)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	(2.272)	(9.176)
Reversão (provisão) que não tiveram efeito caixa	(513)	-
Aumento de imobilizado com efeito caixa	9.492	19.322
(i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Variação do passivo de fornecedores	(490)	(3.044)
Variação de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(2.272)	(9.176)
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	(2.762)	(12.220)

32 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes posteriores a 30 de setembro de 2022.

* * *

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente

Vera Lucia Rett Carreira
Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9